

**CONCLUSÕES**

Maria Emília Brederode Santos\*

Não queria acabar sem tirar algumas conclusões ou, pelo menos, sem partilhar convosco algumas reflexões sobre o que é que podemos fazer a seguir.

Em primeiro lugar queria agradecer ao Presidente do Conselho Nacional de Educação, Professor Júlio Pedrosa, que foi o principal inspirador deste seminário, porque é um tema que lhe é particularmente caro. Queria agradecer, obviamente, a todos os participantes, tanto oradores como questionadores e ouvintes, o seu papel neste seminário. Para mim foi extremamente enriquecedor.

A abrir tivemos a intervenção da Senhora Ministra da Educação, Professora Maria de Lurdes Rodrigues, que fez um historial desta questão e defendeu a necessidade de mudança de paradigma da escola e das relações desta com o exterior. Tivemos ainda uma panorâmica desta problemática nos últimos dez anos, quer nos Estados Unidos, e a nível internacional, com as seis fases do Professor Don Davies, quer em Portugal e na Europa através do Professor Rui Canário para quem um paradigma diferente seria o da educação permanente – que está por cumprir. Todos recordaram a forma como a escola se construiu no séc. XIX, respondendo à necessidade de homogeneização linguística, cultural e cívica, correspondente à afirmação do Estado-nação e impondo à escola uma “gramática” uniformizadora que importa agora urgentemente mudar para atender a uma população crescentemente heterogénea e ao objectivo de educação para todos.

O Professor Pedro Silva clarificou alguns conceitos. Retive particularmente a ideia da relação escola-família como uma relação entre culturas. Interrogou-se, ou pelo menos deixou-me essa interrogação, se é possível uma escola intercultural e não apenas uma escola multicultural? E defendeu uma política explícita da escola face às famílias e às comunidades.

---

\* Conselho Nacional de Educação

Todos os conferencistas, de uma maneira geral, defenderam que é necessário mudar ao mesmo tempo a escola e a família, ou melhor, que é necessário mudar essa relação e também mudar a escola e mudar a comunidade, conceito que consideram mais vasto e mais significativo do que o de família.

Tivemos estas análises teóricas, mas tivemos também os resultados de investigações empíricas e eu queria sublinhar a comunicação da Professora Maria Adelina Villas-Boas, porque é raro em Portugal haver uma descrição de investigações práticas. Alguém que vem dizer “olhe, fiz seis investigações, os resultados foram estes”. E ainda por cima investigações de tipo experimental, que hoje são cada vez mais raras em educação.

O Professor Abílio Amiguinho, como membro e sócio fundador do Instituto das Comunidades Educativas (além de professor na ESE de Portalegre) trouxe-nos uma intervenção social local com vista ao desenvolvimento das comunidades através de práticas intergeracionais – na medida em que envolve crianças e velhos através de parcerias com instituições particulares de solidariedade social, associações juvenis e escolas, lideradas pelo ICE e pela ESE. Destacou que o ponto de entrada para a inovação, para uma parceria de desenvolvimento, é cada vez menos a escola e cada vez mais a comunidade, num processo de transformação recíproca e de formações mútuas. Defendeu o modelo de aprendizagem social e a instituição tanto das crianças como dos velhos como sujeitos de participação social, isto é, como alguém que, estando fora dos circuitos da rentabilidade económica, pode ter um papel importante para a promoção da comunidade.

Ouvimos descrições de boas práticas extremamente interessantes, a de Vialonga, pela Dr.<sup>a</sup> Armandina Soares, que eu começo a conhecer mais a fundo mas de que hoje soube coisas que não conhecia de todo, e a do Dr. Eduardo Martins, que se passou no Catujal, e que me pareceu extremamente interessante.

Escutámos as interpelações de pais, mães, avós... Neste caso, de uma mãe, a Dr.<sup>a</sup> Graça Franco, que deixou um testemunho pessoal muito rico, porque tem uma experiência diversificada entre Portugal e o estrangeiro, e o testemunho mais institucional, mais oficial – com este “oficial”, não quero dizer que fosse monótono, é sempre vivo e vivido – do Dr. Albino Almeida que defendeu a necessária participação dos pais para a “democratização do sucesso escolar” mas também de políticas públicas que a promovam verdadeiramente através da melhoria das condições de vida.

E tivemos ainda, e felizmente, o ponto de vista da criança, que a Dr.<sup>a</sup> Teresa Sarmento nos trouxe e a defesa de que essa participação deverá ser mais visível, mais reconhecida e mais solicitada – e isto não só para a melhoria dos resultados académicos mas sobretudo por uma questão de cidadania.

Parece-me que este tema das relações escola, família, comunidade é pouco popular, em Portugal, entre os professores e mesmo entre os investigadores. Creio que realmente o Professor Don Davies conseguiu criar, abrir uma brecha, digamos assim, nesta antipatia geral, nesta desconfiança, pelo tema. Eu própria nunca me tinha interessado muito por este assunto, fui quase empurrada pelo Professor Júlio Pedrosa, mas confesso que, neste momento, acho-o um tema poderosamente inovador sobretudo no sentido de nos descentrarmos da escola para nos centrarmos na “comunidade educativa”.

Há um reconhecimento crescente da importância destas relações para os objectivos actuais da educação que vou enunciar sinteticamente:

- (i) aumentar a escolaridade da população portuguesa;
- (ii) diminuir o insucesso e o abandono escolar precoce;
- (iii) melhorar a qualidade das aprendizagens e a equidade, no sentido de reduzir a reprodução das diferenças sociais.

O Professor Júlio Pedrosa costuma dizer que se fala muito dos efeitos da falta de escolarização dos portugueses sobre a economia, mas fala-se pouco dos seus efeitos sobre a educação. Diz-se muito “que desgraça de escolas, não preparam os meninos...” Mas falta uma geração – como recorda a Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Bettencourt – mais escolarizada que possa apoiar, puxar e enquadrar os filhos.

Na semana passada decorreu, no CNE, um colóquio da EUNEC, que tratou da eficiência e equidade na escola e onde foi apresentado, para alguma surpresa minha, confesso, um relatório da OCDE intitulado “No more failures”, portanto “Acabem-se com os chumbos”, não sei se posso traduzir assim, “Acabem-se com as repetências”, ou “Vamos reduzir o insucesso escolar”, sendo o subtítulo: “Dez passos para a equidade na educação”.

Esse relatório concluiu expressamente que os sistemas educativos têm de ser justos e inclusivos no seu *design*, nas suas práticas e nos seus recursos. Definiram os tais dez passos ou recomendações de política educativa para reduzir o abandono e o insucesso escolares, para tornar a sociedade mais justa, para evitar os custos sociais de ter adultos marginalizados, com poucas competências básicas, com pouca escolarização e estas medidas que eles recomendam dizem respeito ao *design* dos sistemas, às práticas e aos recursos.

Vou falar só das recomendações relativas às práticas, porque são as que nos dizem respeito mais directamente, vão ver como. Consistem em identificar e ajudar imediatamente os alunos que estão em dificuldades, que se vão atrasando e através disso reduzir as repetências. Responder à diversidade da população escolar actual e promover a inclusão dos migrantes e das minorias na educação regular. E, finalmente, que é o que aqui nos diz respeito mais directamente, fortalecer os laços entre a escola e a casa ou a família, para apoiar os pais desfavorecidos a ajudar os filhos a aprender.

Como razões para estas medidas, eles referem “porque a investigação demonstrou que o envolvimento parental, o trabalhar com as

crianças em casa e participar activamente nas actividades escolares melhora os resultados”. E tivemos aqui a confirmação dessas conclusões através dos estudos apresentados pela Professora Maria Adelina Villas-Boas e pelo Dr. Eduardo Martins.

Em igualdade de circunstâncias – diz o relatório da OCDE – as escolas que fomentam a comunicação e a participação dos pais, que encorajam e apoiam os pais a ajudar os filhos nos trabalhos escolares, tendem a obter melhores resultados.

Os autores do relatório, coordenado por Beatriz Pont, recomendam apoiar as aprendizagens entre crianças desfavorecidas, e para isso as escolas têm de orientar os seus esforços para melhorarem a comunicação com os pais das crianças mais desfavorecidas e para ajudarem a desenvolver ambientes propiciadores de aprendizagem.

Nesse colóquio, a Professora Ana Maria Bettencourt e eu apresentámos algumas práticas que nos pareceram boas práticas neste domínio e que foram justamente as da Escola da Ponte e do Agrupamento de Vialonga. Referimos os vários dispositivos práticos que essas escolas montaram para garantir mais comunicação e uma acessibilidade maior da escola aos pais, o compromisso dos pais, os contactos regulares, a disponibilidade permanente dos professores, o apoio aos pais, muitas vezes um apoio prático para resolução de problemas que à primeira vista não são problemas da escola. Por exemplo, em Vialonga, há pais migrantes que enfrentam dificuldades várias de inserção e a escola acaba por ser o único ponto de apoio, a única instituição à qual podem pedir ajuda. Ou, como é o caso da Escola da Ponte, para debaterem problemas dos filhos e netos e se autoformarem. Tivemos também hoje outros exemplos, como o da Escola do Catujal onde o Dr. Eduardo Martins levou a cabo, por um lado, um plano de intervenção promovido pelo director de turma enquanto mediador intercultural na interface escola-família e, por outro lado, uma investigação experimental sobre essa intervenção que concluiu por melhorias significativas na comunicação escola – família, nas atitudes

perante a escola e no envolvimento das famílias na educação dos filhos – que por sua vez se traduziram na melhoria do aproveitamento escolar, no comportamento e na assiduidade dos alunos.

Acho que em todos esses casos, e para além das questões mais específicas destes dispositivos ou da questão da utilização do mediador, creio que a ideia principal que se tira, e que é defendida por todos, é que o que importa é que a escola mostre que está ao lado dos pais para estarem todos ao lado das crianças para as ajudar a aprender e a emancipar-se.

Claro que ficámos com muitas perguntas. Já aqui um dos participantes disse até, será que querem mesmo, ou não, aumentar a participação e a relação entre a escola, os pais e a comunidade?

E eu acrescento: será que conseguiremos descentrar-nos da escola e assumirmos o conceito de “comunidade educativa”?

São algumas destas perguntas que vou tentar reformular:

- (i) Como aumentar o poder de escolha dos pais – foi uma questão pouco levantada, mas que a Dr.<sup>a</sup> Graça Franco formulou – sem contribuir para agravar a falta de equidade, sem contribuir para criar maior injustiça social?
- (ii) Como equilibrar essas duas exigências, o poder de escolha e a equidade?
- (iii) Como acolher e fomentar a participação dos pais ou dos avós, da comunidade, sem beliscar a autonomia pedagógica dos professores?
- (iv) No fundo, como mudar a escola, como abrir a escola, como adequá-la a todos e ao mundo novo em que vivemos?

E além destas, as questões deixadas pela Senhora Ministra, que me parecem muito importantes, designadamente a chamada de atenção para

a necessidade de definir claramente os papéis e as responsabilidades de cada entidade envolvida. Estamos todos conscientes de onde queremos chegar, o ponto de chegada é consensual, o ponto de partida, enfim, também podemos fazer uma leitura consensual, mas a transição, o caminho, o modo de fazer é fonte de divergências e é necessário tê-lo em conta.

Eu acho que foi, sobretudo, esta a ideia que a Senhora Ministra deixou, que é preciso ter em conta esse caminho, é preciso pensar nele, como chegar lá e como envolver os parceiros e, depois, definir os papéis de cada parte. E referiu expressamente o Estado, as autarquias, a escola e os seus profissionais, e também os pais, as famílias, as comunidades locais.

Finalmente, gostaria de retomar uma ideia que também esteve aqui presente nas comunicações dos Professores Don Davies e Rui Canário que é a ideia de como inovar, como mudar a escola, como mudar a educação, como mudar a tal relação entre a escola e a comunidade e creio que foi dito que não se trata de fazer cópias. Foi dito pelo Professor Don Davies: não se trata de fazer réplicas, não se trata de fazer clones. Também não se trata de decretar de cima para baixo, creio que era um pouco essa a ideia do Professor Rui Canário e sim, penso eu, é importante fomentar o conhecimento, criar, experimentar e apresentar essas experiências como possível fonte de inspiração para outras. Auscultar os diferentes parceiros, auscultar as diferentes realidades, saber o que se faz no estrangeiro, mas também o que já se faz cá (como se viu, há coisas fantásticas...).

Esperamos que este seminário tenha contribuído para esse conhecimento e estou certa de que o CNE vai continuar a trabalhar, a aprofundar, a operacionalizar e a tentar dar resposta a estas questões. Obrigada.





**Conselho Nacional de Educação**

Rua Florbela Espanca

1700-195 Lisboa  
Portugal

**[www.cnedu.pt](http://www.cnedu.pt)**

[cnedu@mail.telepac.pt](mailto:cnedu@mail.telepac.pt)

tel.: + 351 21 793 52 45

fax: + 351 21 797 90 93